

Identidade, comunidade e nação: alteridade e exclusão em debate



Márcia Regina Castro Barroso

Mestranda em Sociologia e Direito
Universidade Federal Fluminense

Resumo:

Este artigo apresenta uma reflexão acerca dos conceitos de Identidade, Comunidade e de Nação, utilizando-se de pesquisa bibliográfica. A sua ênfase, portanto, é teórica, e tem a intenção de fomentar o debate a respeito da apropriação e do uso desses termos por grupos societários e suas possíveis influências nos níveis organizacionais.

Palavras-chave:

Identidade social
Nacionalismo
Comunidade

Artigo produzido a partir de estudos do grupo de pesquisa "Sociologia, Direito e Sociedade", da Universidade Federal Fluminense.

Este trabalho tem como objetivo principal fazer uma breve reflexão sobre a questão do “pertencimento” e das construções socioculturais que são feitas em relação à alteridade. Como definimos um “nós” e como pensamos o “outro”? Para tanto, a partir de pesquisa bibliográfica, faremos uma breve análise sobre os seguintes conceitos: “identidade”, “comunidade” e “nação”.

Estamos cientes de que tal estudo necessita de maior aprofundamento. As análises aqui realizadas são apenas reflexões iniciais de um debate mais amplo, relacionado, em especial, à temática dos direitos humanos e à questão da formação de sistemas de exclusão.

O texto divide-se em duas partes: a primeira se refere a reflexões acerca dos três conceitos acima mencionados, procurando entendê-los como construções socioculturais que são pensadas a partir de um conjunto de significações; a segunda propõe uma reflexão acerca da formação de discursos, considerando-os como influenciadores de certas tomadas de decisões. Por meio de conceitos como os de identidade, comunidade e de nação, os sujeitos podem estabelecer mecanismos de identificação entre si, como membros de um grupo delimitado, e com os que estão fora de uma determinada estrutura de significação. Esses conceitos têm a capacidade de produzir sentimentos e emoções, que são compartilhados coletivamente, e acabam por influenciar na organização de ações específicas.

Identidade, comunidade e nação

A noção de identidade sociocultural carrega consigo significações que nos remetem a ideias de unidade essencial, de indivisibilidade e de homogeneização de membros de um determinado grupo.¹ As pessoas criam vínculos, laços em torno de sentimentos que são compartilhados de forma coletiva e estão imersos em significações. Alguns elementos da formação de identidade como etnia, sexo, classe são eixos de classificação social que podem estabelecer elos vinculantes, mas que também se encontram em constante processo de interação.²

1 Stuart Hall, *Da diáspora: identidade e mediações culturais*, Belo Horizonte, UFMG, 2009, p. 28.

2 Katherine Verdery, “Para onde vão a ‘nação’ e o ‘nacionalismo’?”, in: Gopal Balakrishnan (Org.), *Um mapa da questão nacional*, Rio de Janeiro, Contraponto, PUC Rio, 2000, p. 244.

Numa percepção mais simples, podemos entender os processos de formação de identidade como construções feitas a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas entre os membros do grupo. Essas noções delineiam a formação de um “nós”, em contraste com o “outro”, ocorrendo um fechamento que tem por base os elos de solidariedade e de fidelidade ao grupo formado.

O conceito de identidade, que implica num processo de identificação e de reconhecimento mútuo, não é construído de forma definitiva. A identificação, mesmo possuindo condições determinadas de existência, como os recursos materiais e simbólicos que são capazes de sustentá-la, é sempre condicional, relativa a condições sociohistóricas específicas alojadas no universo da contingência.³ A identidade e os processos de identificação são sempre frutos de disputas políticas que implicam na seleção de determinados elementos para compô-los. Enfim, o que estamos querendo aqui elucidar é que apesar do conceito querer se apresentar como algo imutável e atemporal, ele na verdade é uma construção social. E pensar uma identidade, significa construir todo um conjunto de formações discursivas que criarão condições para a atuação sociopolítica.⁴

Para Hall, o conceito de identidade não adquire, portanto, um aspecto essencialista. Mas ele o entende como um conceito estratégico e posicional. O “mesmo”, o “eu coletivo”, não é fixo. Estes são alterados a partir de questionamentos internos e externos. O que se coloca aqui como uma questão fundamental, é que tais conceitos devem ser entendidos dentro de uma perspectiva que se propõe a pensar o “que nós queremos nos tornar” e não apenas aquilo que “somos”.⁵ Através dos recursos da história, da linguagem e da cultura produzimos aquilo que “nos tornamos”. A “tradição”, as “raízes” são, nesse sentido, invenções, construções sociais, que têm muito mais a ver com o direcionamento que queremos dar às nossas ações do que com a busca de uma “essência” fundadora.

Sendo assim, a necessidade do outro se torna fundamental. Mesmo que esse outro esteja presente de forma excludente e

3 Stuart Hall, “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”, in: *Educação online*, [s.l., s.n., s.d.]. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&id=117. Publicado originalmente em Kenneth Thompson (Ed.), *Media and Cultural Regulation*, London, Sage, 1997, cap. 5.

4 Sobre este aspecto aprofundaremos a reflexão mais adiante.

5 Hall, “A centralidade da cultura”.

silenciosa. Um autor citado por Hall, Ernesto Laclau,⁶ comenta que a constituição de uma identidade social é, sobretudo, um ato de poder. Nessa perspectiva, todo um complexo jogo de exclusão é engendrado podendo desembocar no fortalecimento de ações violentas.

Stuart Hall, ao refletir sobre a “Diáspora” nos acrescenta falando sobre a existência de um paradoxo com a utilização de concepções identitárias. Ele comenta que um povo não pode viver sem esperança, e, portanto, sem os seus ideais e os seus mitos. Entretanto, o grande problema se dá quando interpretamos de forma literal as nossas identificações. A crítica que o autor faz é no sentido de desconstruir a noção de um “nós absoluto”, essencial. Dentro desse “nós” existe toda uma gama de diversidade e de contrariedades. O eu individual não é totalmente subsumido e absorvido na coletividade. O sincretismo também faz parte do processo e não pode ser esquecido. As trocas culturais são efetuadas de forma permanente, tanto internamente quanto externamente. Podemos observar formas de interação interculturais as quais se tornam, muitas vezes, difíceis de saber a origem específica.

Essa ideia é sintetizada por Hall no trecho abaixo:

Isto, de todo modo, é o que significa dizer que devemos pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas. Elas são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles). Nossas chamadas subjetividades são, então, produzidas parcialmente de modo discursivo e dialógico. Portanto, é fácil perceber porque nossa compreensão de todo este processo teve que ser completamente reconstruída pelo nosso interesse na cultura; e por que é cada vez mais difícil manter a tradicional distinção entre “interior” e “exterior”, entre o social e o psíquico, quando a cultura intervém.⁷

Outro conceito que nos utilizamos para o aprofundamento da reflexão se refere ao de “comunidade”. Aqui nos apropriamos de algumas ideias de Bauman, que em seu livro *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual* aborda o tema de forma interessante. Primeiramente podemos

6 Ernesto Laclau, *New reflections on the revolution of our time*, London, Verso, 1990, apud Tomas Tadeu da Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*, Petrópolis, Vozes, 2000.

7 Hall, “A centralidade da cultura”.

dizer que a ideia de comunidade sempre nos remete a significações positivas, como um ambiente no qual nos sentimos seguros, onde não nos sentimos estranhos e ainda podemos usufruir da intenção de ajuda mútua. A palavra, decerto, nos evoca tudo aquilo de que sentimos falta e precisamos para viver seguros e confiantes.⁸ Entretanto, embora apresente conotações tão positivas, na ideia de comunidade também está presente o sentimento de que se está perdendo algo. Há um preço a pagar. A tensão pode ser constante principalmente se consideramos as questões relacionadas à segurança e à liberdade. Não ter uma comunidade pode significar não ter determinada proteção. Porém, estar numa comunidade poderá significar, em nome de uma maior segurança, a perda de determinada configuração de liberdade.⁹ E esta tensão constante, entre a liberdade e a segurança, dificilmente poderá ser resolvida sem que um aspecto tenha perdas significativas.

Entretanto, com o advento dos meios de comunicação de massa e com a rapidez com que as informações circulam nos espaços num mundo cada vez mais globalizado, as fronteiras entre os de “dentro” e os de “fora” podem vir a se tornarem frágeis. Nesse sentido, a comunidade é retirada de uma massa confusa, implicando na seleção, separação e exclusão de determinados elementos. E para continuar sendo entendida como uma comunidade precisará de vigilância, reforço e de defesa.¹⁰ Porém precisamos aqui fazer uma diferenciação entre a “comunidade realmente existente” e aquela que é formada no processo de idealização. A comunidade dos sonhos, a perfeita, não existe. E muitas vezes, para se tentar atingir tal ideal, instala-se um regime sociopolítico que acaba por aumentar os temores e a insegurança entre os seus membros.

Agora, nessa parte do texto, queremos pensar um pouco sobre um conceito que também é discutido por muitos autores e que pode nos auxiliar nesta reflexão: o de “nação”.

Na mesma linha de raciocínio dos autores aqui citados sobre os conceitos de “identidade” e “comunidade”, Benedict Anderson, no seu livro *Comunidades imaginadas*, parte do princípio que a nação é um conceito inventado, construído, de modo que passa a fazer sentido para os indivíduos.

8 Zygmunt Bauman, *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, Rio de Janeiro, Zahar, 2003, p. 9.

9 Bauman, *Comunidade*, p. 10.

10 Bauman, *Comunidade*, p. 19.

Tal conceito carrega em si uma legitimidade emocional profunda. O que é novo é tido como antigo, encontrando naturalidade num passado que nós percebemos como sendo fruto de uma seleção. Esses produtos culturais tornam-se capazes de ser transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, e são incorporados em uma enorme variedade de construções políticas e ideológicas.¹¹

A ideia de nação, assim como as de identidade e de comunidade (embora o conceito de nação nos remeta a uma posição espacial e geográfica muito mais ampliada), tem a capacidade de trazer à mente das pessoas uma noção de comunhão entre os seus membros. Tais conceitos nos levam a crer que as pessoas por eles abarcadas possuem muitas coisas em comum, estabelecendo diferenciações em relação aos de fora. Vale a pena lembrar ainda que nesse processo de constituição de um “nós” diferente dos “outros” as distinções não se limitam à exterioridade dos limites definidos. Internamente, também se constroem uma série de hierarquizações sociais que podem ser referenciadas aos de fora. A ameaça do exílio pode ser um exemplo desse processo. Exílio que pode ser impulsionado pelas vias legais instituídas, como uma expulsão formal daqueles que são contrários ao poder de um Estado, quanto um exílio voluntário, onde pessoas ou grupos acabam por buscar melhores oportunidades em regiões externas às fronteiras delimitadas da nação.

Sendo assim, a ideia de nação pode ser entendida como um operador básico num vasto sistema de classificação social. Esses sistemas de classificação estabelecem as bases da autoridade e da legitimidade através das categorias que estipulam. A nação, nesse sentido, pode ser entendida através do viés de ordem política e simbólica, mas também como sendo pertencente ao mundo da interação e de afetos sociais.¹²

Voltando à questão dos exilados, estes acabam por pertencer a uma “zona” indefinida. Eles não são o “nós”, mas também não estão totalmente integrados no “outro”. Nesse terreno perigoso, permanecem num estado de permanente deslocamento, embora defendamos a ideia da existência de uma troca cultural permanente entre todos. Sendo assim, os

11 Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 30.

12 Verdery, “Para onde vão a ‘nação’ e o ‘nacionalismo?’”, p. 239.

exilados sentem uma necessidade urgente de reconstruírem as suas vidas que, de certa forma, se romperam de laços tradicionais.¹³ Nesse caso, entra em cena a força das comunidades e dos valores, como os de espaços de segurança e liberdade, que elas parecem invocar.

A questão da formação de identidades, se for pensada no âmbito da organização político-nacional, pode ser inserida no debate sobre a constituição de direitos civis tendo por base uma política multicultural. O tema é bastante vasto, e várias são as controvérsias que giram em torno dele. Não aprofundaremos tal questão neste trabalho. Entretanto, não podemos deixar de mencioná-la.

A exigência de reconhecimento de uma identidade local pode ser mobilizada para reivindicar um tratamento de igualdade entre os cidadãos no mesmo espaço nacional. Uma solidariedade que possa ser forjada na luta contra inimigos estrangeiros pode favorecer a exigência de tratamento entre os membros de uma nação, por exemplo. Mas, em outros casos, os discursos identitários podem ser utilizados para a imposição de estruturas repressivas, imposta pelas armas, a grupos que detenham um menor prestígio político.

Como resolver tal impasse? Uma política de identidades pode sempre garantir a existência de dinâmicas emancipatórias? Boaventura de Sousa Santos, em seu livro *Reconhecer para libertar*, apresenta uma interessante resposta para a solução de tais problemas. Para o autor, tais dilemas seriam resolvidos com o seguinte pensamento: “defender a igualdade sempre que a diferença gerar a inferioridade, e defender a diferença sempre que a igualdade implicar descaracterização”.¹⁴ Sendo assim, as organizações civis e as instituições políticas deveriam estar atentas para as consequências geradas pela utilização de mecanismos identitários.

Os discursos e a alteridade

Queremos, nesta parte do texto, elucidar a importância que determinados conceitos têm para o estabelecimento de zonas culturais

13 Edward W. Said, *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 50.

14 Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 64.

fronteiriças, implicando conseqüentemente em zonas de inclusões e de exclusões.

As atribuições denominativas recíprocas possuem uma força tal que podem corroborar para a criação de condições de modo a tornar a ação social possível. Reinhart Koselleck aborda muito bem esse aspecto:

Uma unidade de ação política e social só se constitui por meio de conceitos pelos quais ela se delimita, excluindo outras, de modo a determinar a si mesma. Empiricamente, um grupo pode se constituir por meio do comando ou do consenso, do contrato ou da propaganda, da necessidade ou do parentesco, de alguma outra coisa ou de outra maneira qualquer. Mas não podem estar ausentes os conceitos pelos quais o grupo possa se reconhecer e se autodeterminar, caso deseje apresentar-se como uma unidade de ação. No sentido empregado aqui, o conceito serve não apenas para indicar unidades de ação, mas também para caracterizá-las e criá-las. Não apenas indica, mas também constitui grupos políticos ou sociais.¹⁵

Em nossa linguagem, portanto, são estabelecidas zonas de delimitação cultural mútua através dos conceitos opostos assimétricos. Tais conceitos delineiam limites claros entre o “nós” e o “outro”. Por serem desigualmente contrários, como no caso de “helenos” e “bárbaros”, “cristãos” e “pagãos”, “nacional” e “estrangeiro”, eles ganham força nas condições históricas estabelecidas, e as ações são permeadas por toda uma gama de significados.

Tais conceitos, antitéticos e assimétricos, trabalham também num campo de tensão mútua, pois o outro não é totalmente negado. O outro é importante para o estabelecimento de nós mesmos. Entretanto, a assimetria se dá justamente na capacidade que estes conceitos têm de evidenciar estruturas de hierarquização social e de proporcionar condições para a legitimação de determinada ação política. Tomemos por exemplo a oposição entre civilizado e não-civilizado. No processo de colonização da América, grande debate se efetuou no sentido de se estabelecer a nomenclatura dos povos desconhecidos. Seriam homens? Seriam iguais aos europeus? Se fossem vistos como iguais, como então poderiam ser legitimamente escravizados e até mesmo eliminados? Sendo assim, estabeleceu-se toda uma gama de conceitos que possuíam uma determinada estrutura de significado.

15 Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto, PUC, 2006, p. 19.

São os “nativos”, os “primitivos”, os “não-civilizados”. Portanto, estabelece-se uma relação entre estes e os civilizados de assimetria e de hierarquização. Eles poderiam vir a se tornarem civilizados, desde que aderissem ao projeto cultural colonialista. São classificados não tanto pelo que possuem mas pelo que ainda não adquiriram, estando, portanto, numa posição de inferioridade que legitima ações de dominação.

Nesse sentido, tais conceitos são organizados sob a forma de um discurso que não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação. Mas o discurso está associado, sobretudo, ao sistema de poder do qual se quer apoderar.¹⁶ Vislumbra-se assim, a emergência de um discurso que é tomado como verdadeiro e ignoramos a formação de estruturas discursivas que são destinadas a excluir todos os que não se enquadram no seu repertório. O discurso classifica, hierarquiza, ordena e distribui funções no bojo da organização social e política.

Entretanto, não queremos afirmar que o discurso é uma estrutura rígida, que é imposto de cima para baixo e que as pessoas o absorvem de forma unilateral. Não concordamos com essa posição. Mesmo que os discursos se propusessem a isso, na realidade prática e cotidiana as coisas não se dão dessa forma. Não coadunamos com as ideias que sugerem a existência de aparelhos ideológicos opressivos capazes de favorecer o aniquilamento das vontades individuais. Porém, não podemos também deixar de perceber como os conceitos organizados sob a forma de um discurso favorecem a criação de condições para o estabelecimento de determinadas estruturas de ação. Eles ajudam na definição de papéis e delimitam as fronteiras dessas posições.

E ainda com Foucault sugerimos que a forma mais superficial e visível de determinados sistemas de restrição podem ser agrupados na denominação de ritual.

o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de

16 Michel Foucault, *A ordem do discurso*, São Paulo, Loyola, 2009, p. 10.

coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos.¹⁷

De acordo com o autor, pensar a organização dos conceitos sob a forma de discursos implicaria também na análise da forma ritual com que tais discursos são apresentados. Os gestos, os comportamentos são de certa forma já indicados, e através deles podemos perceber toda uma gama de classificações hierárquicas.

Considerações finais

Procuramos neste artigo tratar de forma breve a formação de delimitações de fronteiras interculturais. Estamos conscientes que o tema é amplo e carece de maiores reflexões. Porém, relevantes questões foram aqui tratadas. As noções de identidade, de comunidade e de nação são conceitos criados dentro de determinadas conjunturas sociohistóricas. Não têm um significado definitivo. Eles, embora procurem permanentemente uma origem fundadora visando as suas próprias legitimações, estão muito mais relacionados ao que querem se tornar do que ao que “sempre” foram. Se tais fronteiras forem tomadas como rígidas, como então pensar a situação dos exilados? Estariam condenados a uma permanente situação de exclusão? A adoção de uma política multicultural identitária seria a solução para o estabelecimento de uma maior igualdade? Longe de tentarmos resolvê-las, tais questões carecem de uma ampla e diversificada discussão.

recebido em 01/05/2011 • aprovado em 19/06/2012

17 Foucault, *A ordem do discurso*, p. 39.